

Governo refaz contas e

prevê déficit de Cr\$ 150 tri

BRASÍLIA — A estimativa de déficit público que constará da consolidação dos orçamentos fiscal e monetário de 86 está fixada em torno de Cr\$ 150 trilhões e não Cr\$ 200 trilhões, como se estimou inicialmente, revelou ontem o Assessor Econômico da Presidência da República, Luis Paulo Rosenberg. A emissão de moeda deverá ficar em cerca de Cr\$ 70 trilhões, representando uma expansão da base monetária da ordem de 140 por cento, no próximo ano.

Rosenberg ressaltou, no entanto, que esses números não são definitivos, porque o orçamento consolidado de 86 será debatido no Congresso Nacional e poderá sofrer modificações. Pela primeira vez, os parlamentares deverão participar efetivamente da elaboração do orçamento da União. Aos congressistas caberá a decisão final a respeito do volume do déficit e a composição das medidas necessárias a sua cobertura.

Para compensar a diferença entre as despesas e a receita do setor público no próximo ano, o Governo terá que emitir moeda e títulos ou realizar eventuais cortes nos subsídios, nas despesas ou ainda, eventuais aumentos de impostos. Rosenberg explicou que a decisão sobre quais serão as medidas mais adequadas somente será definida durante o exame do orçamento pelo Congresso Nacional.

Na opinião do assessor econômico do Presidente José Sarney a decisão de consolidar os dois orçamentos é uma das melhores medidas adotadas pelo Governo. Segundo ele, a transparência que isso permitirá garantirá a pré-condição básica para se começar a ter controle sobre o setor público. Destacou que somente desta forma se poderá saber o volume real das despesas com o subsídio ao trigo, por exemplo.

Na consolidação orçamentária de 86 só não serão apresentadas ainda as operações de crédito e juros favorecidos. Luis Paulo Rosenberg explicou que elas ainda não vão constar da proposta do orçamento porque é muito complicado identificar o percentual do subsídio.